

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

AS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO NO CURRÍCULO ESCOLAR: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Pâmela Caroline Martins da Silva Corrêa¹

pamelacmartinss@hotmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Henrique Rezende Untem²

henrique.untem@uems.br

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Eixo 3: Educação, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão

RESUMO:

O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre a importância de discutir gênero no ambiente escolar, especialmente no contexto do estado de Mato Grosso do Sul, uma das regiões com os maiores índices de denúncias de LGBTfobia no Brasil. A partir da realidade de exclusão, silenciamento e violências simbólicas enfrentadas por pessoas que não se enquadram nas normas heteronormativas, o trabalho busca evidenciar como a ausência de debate sobre gênero nas instituições de ensino contribui para a manutenção de estereótipos, opressões e desigualdades históricas, com base em autores que discutem a perspectiva decolonial, como Mignolo (2017) e Paraíso (2016). Nos baseamos a partir de relatos, análises teóricas e fatos ocorridos conforme noticiados pela mídia. Evidenciamos que o currículo escolar carrega marcas de uma estrutura colonial e patriarcal, que impõe normas rígidas de gênero desde a infância, ainda mais quando mostra crianças que expressam comportamentos ou identidades fora do padrão hegemônico são frequentemente excluídas, silenciadas ou subalternizadas. Denunciamos como discursos conservadores e movimentos sociais tentam deslegitimar o debate de gênero nas escolas, classificando-o erroneamente como “doutrinação”. Defende-se, portanto, que discutir gênero é uma ação educativa urgente e política, que deve ser parte integrante da formação docente e das práticas pedagógicas, a fim de promover uma educação crítica, acolhedora e comprometida com os direitos humanos e a justiça social.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade Campo Grande.

² Professor do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade Campo Grande.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Palavras-chave: Gênero; Currículo; Decolonialidade.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, discutir gênero ainda é um certo tabu e mais fortemente nos últimos anos, discutir gênero tornou-se um espaço de luta e reexistência em contextos que oprimem, subalternizam e matam pessoas fora dos contextos hegemônicos. Quando pensamos na escola como espaço democrático e de formação humana, visualizamos um espaço social que deve fornecer uma educação voltada para os princípios da cidadania e do respeito as diversidades, mas que na realidade não é bem assim, pois elas seguem presas a esse padrão estereotipado pela sociedade. E neste cenário que vivemos, discutir gênero não é somente uma necessidade, mas também uma urgência, pois acreditamos na potência da educação para promover equidade, respeito, democracia e outros.

Esse silenciamento, assim como a abordagem superficial das questões de gênero no contexto escolar, trazem consequências diretas na formação dos sujeitos e também na produção e manutenção de desigualdades. Mas ao invés de discutirmos essa pluralidade, as escolas disseminam ainda mais a heteronormatividade que historicamente foi construída pela modernidade e quando tiramos as discussões dos nossos alunos, tiramos também o seu saber, tiramos a oportunidade de construir sujeitos com mentalidades mais abertas e uma sociedade mais justa e igualitária, com isso reforçamos ainda mais os estereótipos que são impostos a nós desde o nosso nascimento.

Não podemos deixar de salientar que a democracia, que veem sofrendo diversos ataques vive em um cenário de crise “[...] caracterizada pela ascensão da extrema direita, pela erosão dos espaços e discursos democráticos e pela consolidação de retrocessos no que diz respeito a direitos e liberdades conquistados por populações subalternizadas” (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 61)

De acordo com jornais locais como Campo Grande News (2024) e Vacari (2022) está entre os 12 estados com mais denúncias de LGBTfobia, o que reforça a necessidade da discussão de gênero. Portanto, diante desse cenário, o silêncio sobre o tema nas escolas não é neutro e contribui para a reprodução de desigualdades, reforçando estereótipos e práticas que excluem e impactam diretamente a formação dos sujeitos. Trazer essa discussão para dentro do contexto da sala de aula é de extrema importância, pois nos leva a refletir sobre como a educação contribui, de forma consciente e inconsciente, para a construção da identidade das nossas crianças.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Nesse sentido, este artigo traz discussões teóricas e bibliográficas acerca do trabalho docente com as questões de gênero, a partir da perspectiva do currículo intercultural e decolonial. Este trabalho também é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em andamento da autora.

Base Nacional Comum Curricular: comum para quem?

A pedagogia, enquanto ciência da educação, precisa estar atenta às dinâmicas de poder, às desigualdades e aos preconceitos que atravessam o cotidiano escolar, entre eles, as questões de gênero, ignorar essas temáticas é permitir que a escola continue sendo um espaço que reforça estereótipos, discriminações e exclusões, especialmente contra meninas que gostam de coisas mais “masculinas”, meninos com trejeitos mais “afeminados”, pessoas LGBTQIA+ e outras identidades que fogem da heteronormatividade. Assim, incorporar a discussão de gênero na formação pedagógica é não apenas uma exigência ética, mas também uma prática que, quando colocada em ação, pode contribuir para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e democrática.

Discutir gênero nas escolas, principalmente no MS, deveria ser uma regra, ensinar as crianças que esses estereótipos são mais capitalistas do que sociais e incentiva-los a respeitar todos os gêneros e sexualidades, sem impor ou disseminar desigualdades deveria ser uma proposta pedagógica, mas que fosse para já. Conforme Apple (2009) nos lembra, o currículo escolar nunca é uma seleção neutra de conteúdos a serem ensinados, por isso:

O esvaziamento de programas, planos de ensino, currículos e livros didáticos em relação a esses debates é uma forma violenta de negar a existência e a história de indivíduos e grupos LGBTQIA+, assim como diferentes experiências de mulheridades em relação às masculinidades, seus feitos, suas resistências, lutas e seus desejos (Rovai, 2023, p. 27).

A autora também nos chama atenção para a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprovada em 2017 durante a gestão golpista de Michel Temer, o documento que orienta o currículo e o trabalho docente não traz a questão de gênero, aliás a palavra gênero é utilizada apenas “[...] para se referir a formatos de escrita e de discursos literários ou artísticos, é também produto desse processo tenso de enfrentamento” (Rovani, 2023, p. 27). Conforme Pereira e Bibiani (2022), a BNCC, entre outros, é um documento que contribui “para um processo de apagamento das diferenças” (p. 199). Também Lino e Arruda (2023),

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

ressaltam o desprezo da BNCC pela diversidade, além de impactar também na formação de professores:

O processo autoritário de elaboração e discussão da BNCC desprezou as diversidades locais e regionais, o direito às diferenças e o respeito aos sujeitos do processo educativo, impondo uma padronização curricular orientada por uma ultrapassada pedagogia das competências, e por um reducionismo instrumental. Assim, se concretizam as ameaças ao pluralismo de ideias e de concepções político-pedagógicas e à formação e valorização dos profissionais da educação, a par da desconsideração da função social da escola. A imposição de um currículo único e uma única concepção pedagógica – a pedagogia das competências –, deforma e descaracteriza os currículos da educação básica e o funcionamento da escola, com impactos na formação de professores (Lino; Arruda, 2023, p.93).

Na mesma perspectiva no governo de Jair Bolsonaro (2018-2023), aprova as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica:

Ao término do ano de 2019, precisamente no dia 20 de dezembro, diversos setores da educação foram surpreendidos com a publicação da Resolução CNE/CP n. 02/19, definindo Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Sem discussão com as entidades, IES ou com a sociedade, e de forma impositiva, o documento passa a nortear processos de elaboração e reformulação curricular no País (Silva; Ortigão, 2020, p.110).

A BNC-Formação possui um caráter de instrumentalizar as professoras e professores, “ensiná-los a ensinar a BNCC” (Silva, 2020). Ou seja, está voltado “[...] ao modelo centrado em competências e uma concepção redutora e esvaziada de currículo que sonega a pluralidade e desrespeita a diversidade cultural, de público e instituições, ferindo o princípio da gestão democrática e da liberdade de ensinar e aprender” (ANPEd, 2020).

MODERNIDADE E COLONIALIDADE OPERANDO SOBRE AS DISCUSSÕES DE GÊNERO: O QUE DIZEM OS AUTORES?

“É preciso resistir aos ataques, afirmando a legitimidade de uma escola pública, laica e comprometida com a justiça social, a equidade e os direitos humanos, incluindo o direito à diferença.” (Paraíso, 2016, p. 9)

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

O artigo “colonialidade o lado mais escuro da modernidade” de Walter D. Mignolo descreve a colonialidade é um conceito proposto pelo sociólogo Aníbal Quijano, que se refere a uma forma de dominação que começou na época das grandes navegações e das colônias, mas que continua até hoje, mesmo depois do fim do colonialismo. O texto descreve a colonialidade como o lado oculto da modernidade ocidental:

Desde então, a colonialidade foi concebida e explorada por mim como o lado mais escuro da modernidade. Quijano deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de “descolonização” (e as lutas pela libertação na África e na Ásia) (Mignolo, 2017 p.2)

Enquanto a modernidade fala de progresso, ciência e desenvolvimento, ela também esconde a exploração de povos, culturas e saberes não europeus, esse sistema criou uma hierarquia entre as pessoas e os conhecimentos, colocando os países europeus e seus conhecimentos como superiores, o texto também apresenta uma estrutura chamada “matriz colonial de poder” essa, que é responsável pelo racismo, pelo patriarcado e pela heteronormatividade.

Quando lemos o termo “colonialidade” pensamos em algo muito distante, mas na verdade é mais atual do que imaginamos. O texto entra no âmbito do nosso trabalho, quando descreve que o certo da sociedade é que a população seja: “proponentes de ambos eram cristãos, brancos e homens, e presumiam relações heterossexuais como a norma. Conseqüentemente, classificavam, também, as distinções de gênero e a normatividade sexual” (Mignolo, 2017, p.6).

O que infelizmente ainda vivemos nos tempos atuais, quando no governo passado, era pregado o termo “Deus, pátria, família” Termo esse que pregava novamente essa questão patriarcal do homem ter que ser cristão, branco e heterossexual para ser aceito pela sociedade.

Nesse sentido, vemos que a modernidade e colonialidade são duas faces da mesma moeda, ou seja, a modernidade celebra os avanços europeus, mas esconde a violência, a escravidão, o racismo e o apagamento cultural que possibilitaram esses avanços. Neste sentido Mignolo chama a colonialidade de “o lado mais escuro da modernidade”, porque ela é a parte que fica oculta no discurso oficial europeu (Mignolo, 2017).

Vemos também que enquanto a modernidade se apresentava como um caminho universal para o futuro, ela impunha seus valores como únicos e superiores, fazendo com que isso se resultasse na marginalização de saberes, culturas e modos de vida indígenas, africanos, asiáticos e latino-americanos. Com isso, conceituar modernidade sem falar de colonialidade é

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

ignorar a base de desigualdade e violência que sustenta esse projeto até porque como vemos no artigo, para Mignolo, não existe modernidade sem colonialidade, porque a Europa moderna só se construiu explorando o mundo colonial.

De acordo com o livro “Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos” (Reis; Paraíso, 2014) conseguimos observar como a colonialidade impôs uma visão eurocêntrica, binária e hierarquizada de gênero: homem/mulher, masculino/feminino, forte/frágil, racional/emocional. Principalmente quando descreve no trecho:

Na análise realizada com base em uma perspectiva queer, são utilizados recursos discursivos que possibilitam a desnaturalização das identidades e dos corpos. É um tipo de análise que expõe o modo como os sujeitos são classificados, hierarquizados e constituídos como normais ou anormais com relação à sexualidade e ao gênero (Reis; Paraíso, 2014, p. 240).

Antes de acontecer a colonização, muitas sociedades indígenas e africanas não se organizavam dentro dessas divisões rígidas de gênero e ao realizar a leitura, observamos que a colonização destruiu essas formas de vida, impondo a ideia de que a única forma “natural” de existir era a heterossexualidade patriarcal, com o homem como figura dominante e a mulher subordinada. O artigo ainda nos mostra como **essas normas de gênero continuam sendo reproduzidas nas escolas**, que são espaços de socialização e controle, por exemplo, os alunos que não se encaixam no padrão de masculinidade tradicional, ou seja, aqueles que falam de forma “delicada”, gostam da companhia de meninas ou usam objetos “femininos” são rotulados como “**mulherzinha**” ou “**bichinha**”, como descreve no trecho:

As características utilizadas para definir quem é bicha ou bichinha são mais relacionadas, então, à maneira de expressar a sexualidade e a afetividade, enquanto a posição menino-aluno-mulherzinha é definida mais por características relacionadas à maneira como o corpo se apresenta e se mostra ao/à outro/a: com voz aguda, com cabelo comprido, usando pertences considerados femininos (Reis; Paraíso, 2014, p. 247).

Esses termos não apenas marcam uma diferença, mas também produzem exclusão, subalternização e violência. Isso é a colonialidade do ser agindo: dizer quem pode ser considerado “normal” e quem é subatnizado/oprimido, aquele que foge da heteronormatividade e do patriarcado. No contexto da colonialidade, o patriarcado foi imposto como única forma legítima de organização de gênero, apagando experiências e saberes femininos, LGBTQIA+ e indígenas. E neste artigo podemos vislumbrar como o

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

patriarcado define padrões rígidos de masculinidade e os impõe desde a infância, principalmente quando vemos que meninos que não correspondem a esses padrões são rejeitados, agredidos e silenciados e passam a ocupar posições de “não sujeitos”, ou seja, são literalmente desumanizados e isso reforça ainda mais como o patriarcado, aliado à colonialidade do ser, produz dor, exclusão, opressão e como trouxemos no início do texto, produz mortes, para quem não se encaixa nas normas impostas e quando falamos que a colonialidade é mais atual do que imaginamos é sobre isso que estamos falando, essa imposição de normas, essa imposição de ser hetero para ser aceito. E esse dentre tantos outros são motivos para discutir gênero nas escolas, não é possível ensinar o que não se conhece, e por isso é de extrema importância a criação de um projeto pedagógico para incentivar os futuros profissionais a discutirem gênero no contexto de sala de aula.

Já o artigo “A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência” destaca que a escola é um espaço onde se reproduzem normas de gênero coloniais e patriarcais, muitas vezes sem reflexão crítica, no entanto, quando educadores tentam problematizar essas normas, enfrentam resistência e censura, frequentemente acusados de doutrinação ideológica, como foi o caso da professora Emy Mateus aqui na cidade de Campo Grande, que ao propor uma aula interativa para os alunos vestida de Barbie causou desconforto, críticas e até investigação, mas será que se fosse uma professora mulher cisgênero, branca e loira, causaria tudo isso? O que causou ampla notoriedade na mídia, conforme a matéria jornalística do site Campo Grande News (2025).

Esse ambiente de vigilância e censura é alimentado por movimentos conservadores, como o "Escola Sem Partido", que promovem a ideia de que discutir gênero nas escolas seria uma forma de doutrinação. O texto nos descreve com vários depoimentos e dados, como os governos usam de estratégias de poder para discutir gênero nas escolas, com isso eles acabam pulando a frase “formar cidadãos” pois se não apresentam, tiram deles o poder do conhecer. Observamos no texto, diversos discursos de ódio forjados de “preocupações” principalmente quando o texto apresenta as matérias tendenciosas causando medo aos pais sobre as discussões de gênero, pego de exemplo o trecho:

Você já ouviu falar sobre a Ideologia de gênero? Conheça essa ideologia e saiba os riscos que seus filhos estão correndo”³⁰; “A Ideologia de Gênero nos Planos Municipais de Educação: perigo perto de todos”³¹; “A ideologia de gênero quer destruir a família tradicional, diz ex-feminista Sara Winter”³²; “Ajude a combater a Ideologia de Gênero em Santa Catarina”³³; “Plano da Unesco ensina aborto e direito à masturbação para crianças de 5 anos”³⁴; “Caindo no conto do gênero”³⁵; “Ideologia de gênero: o conceito

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

que rejeita a criação divina do homem e da mulher”³⁶; “Abuso: pediatras alertam sobre os malefícios psicológicos da ideologia de gênero para crianças”³⁷; “Vamos vencer: Santa Catarina sem Gênero!”³⁸; “Vereador evangélico distribui cartilhas para alertar pais sobre o perigo da ideologia de gênero”³⁹; “Líderes evangélicos se reúnem com Michel Temer para pedir combate à ideologia de gênero”⁴⁰; “Pais na cadeia! Crime: discriminação de gênero. Vítimas: os filhos. Cuidado! Este pode ser o futuro próximo se não combatermos a ideologia de gênero”⁴¹; “O perigo está mais próximo do que você imagina (Paraíso, 2016, p.398).

Esses trechos são os que causam medo, causam desconfortos e fazem com que se crie um pânico generalizado em relação ao tema. Essa narrativa cria um clima de medo entre os professores, que temem represálias por abordar temas relacionados à diversidade de gênero e sexualidade. Apesar das pressões, é fundamental que enfatizemos a importância de discutir gênero na escola, não como uma questão de ideologia, mas sim de promover uma educação inclusiva e respeitosa. O texto também reforça que só há mudança se houver (re)existência, é preciso que os professores também queiram mudar o sistema que oprime e subalterniza, o currículo e quando falamos de mudança curricular, um trecho do texto vem fortemente em minha mente:

Resistir demanda liberar a vida lá onde ela é prisioneira, onde quer que ela seja prisioneira. Liberar a vida é enfrentar os intoleráveis e dizer do jeito que conseguimos: basta! Chega! Não suporto mais! Não aceito! Em um currículo é sempre possível dizer basta; é sempre possível enfrentar os intoleráveis; é sempre possível liberar a vida. Afinal, “não há currículo que não expresse ou não viva uma vida (Paraíso, 2016, p. 405).

O texto enfatiza que nos professores temos “a faca e o queijo na mão” e precisamos dizer **não**.

Fazer desse “não” uma resistência é fazer desse “não” uma força que aniquile os efeitos do poder. Resistir é fazer do “não” uma intensidade de vida como potencialidade de mudanças. Após o não é preciso todo um movimento intensivo que mobiliza agenciamentos potentes para encontrar saídas. Então, após dizer o não a tudo que entristece, desanima e impede o movimento, é preciso seguir e dizer um sim à vida (Paraíso, 2016, p. 406).

Um currículo criado debaixo de estruturas coloniais, patriarcais e heteronormativas, que nos faz pensar na urgência de nós professoras assumirmos nossos seus papéis políticos e coletivos na desconstrução dessas lógicas, mas essa mudança infelizmente não virá de cima, ela virá da base, da sala de aula, do planejamento, da escuta. Não se trata apenas de incluir o

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

debate de gênero nos currículos, mas de reinventar o próprio currículo como espaço de resistência, diálogo, inclusão e respeito.

É tempo de dizer “não” ao currículo que exclui, e “sim” a uma proposta educativa que acolha a diversidade como riqueza, que busque a luta por uma educação decolonial e inclusiva e que lute ainda mais para que esse currículo ajude a formar sujeitos sociais críticos sem omitir informações importantes. O currículo precisa ser feito com as mãos de quem vive a escola e acredita na potência transformadora da educação. A história nos mostra que os maiores avanços sociais nasceram da resistência e com certeza na educação não é diferente, resistir ao currículo opressor, aos discursos moralistas e às imposições normativas que subalternizam nossos alunos é um ato de profunda humanidade, mas essa resistência precisa ser coletiva: nenhum educador consegue mudar tudo sozinho, mas todos podem iniciar o movimento.

Quando nos unimos enquanto classe, enquanto comunidade escolar, enquanto educadores conscientes de nosso papel transformador, tornamo-nos capazes de enfrentar os intoleráveis do cotidiano, o proposto currículo não pode mais ser um texto morto. Ele **precisa** pulsar com as vozes, as lutas e os afetos dos sujeitos que formamos, para que assim sejamos, juntos, resistência e criação, que formemos, juntos, sujeitos inteiros e que a escola seja, enfim, o lugar onde todas as vidas possam enfim existir e serem ouvidas e incluídas verdadeiramente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Manifesto contra a desqualificação da formação dos professores da educação básica.** Rio de Janeiro: ANPEd, 2020. Disponível em: <<https://forum.anped.org.br/news/manifesto-contra-desqualificacao-da-formacao-dos-professores-da-educacao-basica>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

APPLE, Michael Whitman. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, Cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 59-91.

CAMPO GRANDE NEWS. **MS está entre os 12 estados com mais denúncias de LGBTfobia.** Campo Grande, 17 maio 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/ms-esta-entre-os-12-estados-com-mais-denuncias-de-lgbtfobia>. Acesso em: 21 maio 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. **Professora trans usa fantasia de Barbie em escola e vira alvo de políticos.** Campo Grande, 14 maio 2024. Disponível em:

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/professora-trans-usa-fantasia-de-barbie-em-escola-e-vira-alvo-de-politicos>. Acesso em: 21 maio 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

MIGNOLO, Walter . Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 mai. 2025.

LINO, Lucília Augusta; ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Processos de (de)formação de professores: (des)caracterização, (des)profissionalização, (des)humanização. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 43, n. 121, p. 90-100, set./dez. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QwV8H9PmQM8kDkvzBWf78sc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem fronteiras**, Pelotas, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2025.

PEREIRA, Talita Vidal; BIBIANI, Ana Clara Rodrigues Sondahl. BNCC e avaliações em larga escala: enunciados em discursos midiáticos. **Série estudos**, Campo Grande, v. 27, n. 60, p. 197-214, mai./ago. 2022. Disponível em: <<https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1540>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

REIS, Cristina d'Ávila; PARAÍSO, Marlucy Alves. Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/WBgywHMfD7CrPL4ZhyBdwGb/?lang=pt>>. Acesso em: 21 mai. 2025.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O silenciamento de gênero: a palavra que subverte. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 43, n. 94, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/9jRWH4rYZ9N9GStHX6nNnsS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. A (de) Formação de Professores na Bases Nacional Comum Curricular. In: UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula de Freitas de Souza (Orgs.). **Diálogos críticos, volume 2: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública?** Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 102-122.

SILVA, Antonia Alves Pereira; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. O curso de Pedagogia e os retrocessos na legislação educacional: uma ofensiva às possibilidades de formação crítica. **Série Estudos**, Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 95-116, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1487/1117>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

VACARI, Glauce. **MS é o terceiro estado com maior índice de mortes violentas de pessoas LGBTI+**. Correio do Estado, Campo Grande, 13 maio 2022. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/ms-e-o-terceiro-estado-com-maior-indice-de-mortes-violentas-de-pessoas/400027/>. Acesso em: 21 maio 2025.